

Protocolo Reitoria
Recebido 01/05/2023
Horário: 16:00
Killy Amg

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO
VINCULADA AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

ML EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ de N. 39.238.526/0001-40, participante do Edital N. 002/2023 (Processo Administrativo nº 23443.017538/2022-63), representada por **LEANDRO D'ALMEIDA COUTO BARRETO**, brasileiro, engenheiro, casado, portador do CPF 601.341.463-79, RG 2016221809-0, residente e domiciliado à rua Rio Tarauacá, 65, ap 704, bairro Nossa Senhora das Graças, Manaus-AM, meular.empreend@gmail.com, em atenção à Ata de 04/05/2023, a qual inabilitara a recorrente dada a ausência de apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, vem, com o devido respeito e acatamento, com fulcro no art. 164 e seguintes da Lei N. 14.133/21, apresentar **RECURSO** visando à alteração da d. decisão.

Esclarece-se, inicialmente, que o Edital N. 002/2023 **não previu a necessidade de apresentação de certidão de regularidade fiscal em âmbito estadual**, limitando-se às seguintes certidões:

7.5. Regularidades Fiscal e Trabalhista:

7.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.5.2. **prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

7.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.5.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.5.6. **prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;**

7.5.6.1. caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;



Recordam-se dois pontos centrais de análise, quais sejam, o art. 5º da Lei Federal N. 14.133/21, no qual se prevê a **vinculação ao instrumento convocatório**, *in verbis*, sob pena de violação ao princípio da legalidade e da impessoalidade:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital**, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (**grifou-se**)

Rememora-se, ainda, que a questão de **habilitação jurídica, fiscal e trabalhista** encontra-se regulada nos termos do art. 68 da Lei Federal N. 14.133/11, em que há expressa indicação de que as Certidões federais, estaduais e municipais podem ser exigidas de forma **isolada ou cumulativa**, não sendo imprescindível em todas as licitações (considerando a especificidade do objeto da contratação):

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual **e/ou** municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

Aponta-se, ainda, que o próprio edital é **expresso** no sentido de que as Certidões requeridas no SICAF são as discriminadas na Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista previstas no próprio instrumento:

7.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF**, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, deverão apresentar, no envelope nº 1, a seguinte documentação relativa à **Habilitação Jurídica** e à **Regularidade Fiscal e trabalhista**, bem como a Qualificação Econômico-Financeira, nas **condições descritas adiante**.

Assim, com a devida vênia, observa-se que não existe a obrigatoriedade no Edital N. 002/2023 (**instrumento vinculante às decisões do d. órgão**) do licitante apresentar *Certidão Estadual de Regularidade Fiscal* – sendo a decisão da Ata de 04/05/2023 eivada de **ilegalidade** por não observância aos critérios objetivos de julgamento.

De toda feita, em que pese a inexistência de obrigatoriedade de submissão da *Certidão Estadual de Regularidade Fiscal*, encaminha-se o documento indicado para fins de comprovação de submissão da recorrente a todos os termos do edital, notadamente tendo em vista tratar-se de



microempresa, amparada pelo art. 42 da LC 123/2006¹, pleiteando a reforma da Ata de 04/05/2023 para que a considere **HABILITADA** e para que possa prosseguir no presente certame.

ML EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ de N. 39.238.526/0001-40

LEANDRO D'ALMEIDA COUTO BARRETO

CPF N. 601.341.463-79

¹ Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.



Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria Executiva da Receita
Departamento de Arrecadação

Certidão Nº: 52335378

Data: 08/05/2023

Hora: 10:18:40

Válida até: 07/06/2023

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CNPJ: 39.238.526/0001-40 - ML EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

* As incorreções porventura existentes, referentes ao nome, CPF ou CNPJ são de inteira responsabilidade do requerente.

Resguardando o direito da Fazenda Estadual de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico que de acordo com as buscas procedidas nos livros e registros existentes na Dívida Ativa do Estado do Amazonas, correspondentes aos últimos 05 (cinco) anos, não consta qualquer débito inscrito em nome do interessado acima identificado, até a presente data. Esta CERTIDÃO é a única emitida pela Secretaria de Fazenda, inclui todos os débitos inscritos ou não na Dívida Ativa do Estado.

Para efeito de validação desta certidão, consultar: <http://www.sefaz.am.gov.br>

sistemas.sefaz.am.gov.br/GAE/mnt/dividaAtiva/certidaoNegativa/emitirCertidaoNegativaNaoContPortal.do

1/1

04/04